



O voto obrigatório e sua incidência na participação política no Brasil.

Arthur Schlomoff

(Poitiers, Premier cycle ibéro-américain de Sciences Po)

O Brasil incorporou o voto obrigatório (ou compulsório) na sua constituição em 1934, sob Getúlio Vargas. Desde então a obrigatoriedade do voto tem sido uma característica permanente das eleições no Brasil. Porém, no Brasil, o voto não é imposto à todos os possíveis eleitores. Primeiro, é importante lembrar que entre 16 e 18 anos e depois dos 70, o voto é facultativo, além do que os analfabetos também não são obrigados à votar. Além do que a multa para aqueles que não votam, varia entre 5% e 20% do salário mínimo, o que pode parecer muito pouco para os grupos sociais de classe média ou alta que ganham muito mais que o salário mínimo. Isso tem consequência sobre a porcentagem de abstenção nas eleições presidenciais no Brasil, que entre 1994 e 2002 manteve-se próxima de 20%¹. Ou seja, mesmo tendo o voto obrigatório, o Brasil tem mais abstenção que a Suécia

¹ Dados acessíveis no site <http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes> ou <http://www.direito2.com.br/asen/2006/out/6/abstencao-nas-eleicoes-mantem-se-desde-1994-proxima-de-18>



nas suas eleições legislativas (em média 13% nas eleições legislativas da década de 90²), sendo é claro que a Suécia não tem voto compulsório. Mas o fato é que além de que alguns nem sequer vão votar, no Brasil também há um importante número de votos brancos e nulos. Em 1998, para presidente, houve assim 36% dos aptos a votar que decidiram não escolher no primeiro turno um candidato. O que significa que houve mais pessoas que preferiram não escolher um candidato do que pessoas que escolheram o Lula, segundo colocado nas eleições.

Ademais, o Brasil passou na década de noventa, logo após o restabelecimento das eleições diretas em 1989, por uma crise da representação política. O eleitorado não tendo grande interesse pela política, é o que lembra Fábio Wanderley Reis em seu artigo os *Dilemas da democracia no Brasil*³, quando ele escreve que “[uma pesquisa realizada] em 2002 em 17 países latino-americanos [...] mostra o Brasil como o país com menor proporção de respostas em que se aponta a democracia como preferível a qualquer outra espécie de regime (37 por cento). [...] E] a proporção de brasileiros que declaram não saber o que significa a democracia ou simplesmente não respondem à pergunta [alcança] 63 por cento.”⁴ Essa falta de interesse na questão do próprio regime do estado reflete o fraqueza da penetração da consciência política no Brasil.

A questão da ligação entre voto obrigatório e participação política pode assim aparecer ser de fato relevante. E podemos nos interrogar sobre o efeito negativo do voto obrigatório sobre o interesse dos brasileiros pela cena política tradicional.

O estudo deste problema exige primeiro de se interessar a questão da participação e do voto na ciência política de uma maneira geral. Para então poder interessar-nos aos efeitos negativos do voto obrigatório sobre a fraca participação política brasileira. Porém, também

² Ver Homero de Oliveira Costa, *Alienação política no Brasil: uma análise dos votos brancos, nulos e abstenções eleitorais nas eleições presidenciais (1989-2002)*, 2006, Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

³ In *Sistema Político Brasileiro – uma introdução*, Fundação editora da UNESP, Rio de Janeiro/São Paulo, 2004

⁴ *Ibid*, páginas 391-410.



veremos que os efeitos negativos são equilibrados por efeitos positivos, particularmente sobre a questão da equidade social e econômica dos brasileiros.

Durante anos, a ciência política se interessou unicamente à aqueles que votavam, ignorando aqueles que com intenções políticas ou não, decidiam nem sequer votar. Um dos primeiros a interessar-se a esse fenômeno foi Alain Lancelot, com seu livro publicado em 1968 : *L'abstentionnisme électoral en France*. E a partir de esse ponto, o fenômeno da abstenção passou a ser estudado como parte da sociologia do voto, sendo que os anos 90 levaram o tema do : não - votar, a uma grande popularidade, até mesmo na opinião publica, porque ao mesmo tempo que cientistas políticos desenvolviam teses sobre o tema, houve um grande aumento do abstenção no mundo, até mesmo nas mais antigas e enraizadas democracias européias. A abstenção media nos países da Europa ocidental passou de 16% a 21,7%⁵ entre 1940 e 1990, e desde então a abstenção foi aumentando até meados dos anos 2000. O exemplo mais marcante deste fenômeno foram as eleições presidenciais de 2002 na França, onde Jean-Marie Le Pen (homem político de extrema direita) passou para o segundo turno, em grande parte por causa da fraca participação eleitoral da esquerda francesa.

A outros exemplos, como a grande falta de interesse dos europeus pelas eleições do parlamento europeu (45,6% de votantes em 2004, 63% em 1979⁶), assim, a diminuição da participação eleitoral é um fenômeno difundido, que não atinge só países como o Brasil, mas também países desenvolvidos com uma democracia fortemente implantada.

A questão da participação eleitoral é um reflexo de uma crise maior que tem múltiplas facetas. É uma crise partidária, da filiação política e da desconfiança no regime democrático que atingiu o mundo na década ao redor do novo milênio. Mas essas crises são sintomas que em cada região do mundo têm uma causa diferente. A crise partidária na

⁵ Ver : Eva Anduiza Perea, "Individual characteristics, institutional incentives and electoral abstention in Western Europe", in *European Journal of Political Research*, Volume 41 Issue 5, Pages 643 – 673, 2003.

⁶ http://www.europarl.europa.eu/elections2004/ep-election/sites/fr/results1306/turnout_ep/graphical.html (Visto 27/01/2009)



América latina tem pontos em comum com a crise política europeia, mas na sua maior parte, as causas são diferentes. O caso europeu, tem ligação profunda com uma metamorfose dos partidos, enquanto na América latina o problema é mais social, a falta de educação, a dificuldade de acesso à informação política entre outros, causa um grave problema para o funcionamento da democracia.

O problema é que com a perda de interesse na política, o cidadão, não vota mais (abstenção), o que pode parecer lógico, mais pior, um baixo nível de participação reduz a legitimidade dos representantes eleitos. Quando se é eleito com menos de 50% de participação (Parlamento Europeu) como pretender representar a maioria ? Será que a maioria não disse expressamente ao não votar que o Parlamento Europeu (segundo o exemplo dado) não representa ninguém e que então não deveria ter nenhum poder ? Assim, a baixa participação reduzindo a legitimidade dos eleitos, reduz a legitimidade de todo o sistema político, o que contribui a crise da democracia. Crise que, é claro, acaba tendo um impacto negativo na participação. Assim existe um círculo vicioso, que leva os defensores da democracia e do sistema político a tentar lutar contra a abstenção e o desinteresse político.

É o que explica o uso do sistema de voto compulsório em diversos países, tais como a Bélgica, a Austrália ou, é claro, o Brasil. De fato, praticamente todos os defensores do sistema obrigatório de voto dizem que esse é o meio mais simples e eficaz de lutar contra a abstenção. Foi por essa razão, por exemplo, que o voto obrigatório foi pela primeira vez instaurado no Brasil em 1934⁷. O que parece ser verdade, ao menos nas democracias europeias segundo vários estudos⁸. Mas o problema causado pela abstenção e a perda de legitimidade do político, é para alguns mais aceitáveis do que a perda do direito de não querer ser forçado a participar a uma escolha política. Já no início do século XX existia este debate : “ Quando o povo, cinquenta anos atrás, [fazia revoluções] para obter o direito de

⁷ Ver OLIVEIRA, Luzia Helena Herrmann de. *Voto obrigatório e equidade um estudo de caso*. São Paulo Perspec. [online]. 1999, v. 13, n. 4 [cited 2009-01-27], pp. 144-152. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400016&lng=en&nrm=iso.

⁸ Um desses estudos mais completos : J. Barthélemy, *Pour le vote obligatoire*, Rapport fait au nom de la Commission du suffrage universel, 1922, p. 101-167



voto, teria com certeza pensado ser uma piada se alguém viesse dizer-lhes que [...] os soberanos queriam fazer pagar uma multa ou jogar na prisão todos aqueles que não teriam usado o direito conquistado”⁹. O problema que aparece então é que o voto obrigatório não é considerado legítimo por grupos de indivíduos, que variam de tamanho de país a país. E se eles não consideram o voto compulsório como legítimo então eles podem também não considerar o sistema todo como não legítimo.

O voto obrigatório é assim uma solução, mas uma solução problemática. Veremos agora quais são esses problemas causados no Brasil.

Antes de irmos adiante, podemos nos interessar à uma tipologia dos eleitores feita por Zachary Elkins¹⁰. Tipologia que analisa os eleitores segundo o tipo de voto (valido/abstenção/branco ou nulo) e segundo o modo de fazer votar (voluntariado ou compulsório). O resultado é uma tabela (Tabela 1, segundo tabela original de Elkins) que diferencia os eleitores segundo o comportamento que eles têm sob um voto compulsório e o comportamento sob um voto voluntario. O tipo de um individuo é o cruzamento de seu comportamento em cada uma das duas situações de voto possíveis. Aqueles que votam sempre da mesma forma, sempre valido, sempre branco/nulo, ou nunca votam, que o voto seja obrigatório ou não, são imunes a mudanças na lei sobre obrigação de voto. São o que Elkins chama de indivíduos compromissados, esses agem geralmente por convicção, por exemplo, um não participante compromissado, é diferente de uma pessoa que não vota por preguiça, pois ele assume as conseqüências de não - votar que elas sejam positivas ou negativas (conseqüência positiva : não votar economiza tempo e economiza a necessidade do

⁹ Traduzido pessoalmente do Francês. Texto original : « Lorsque les peuples, il y a cinquante ans, élevoient des barricades et renversaient les Gouvernements pour obtenir le droit de suffrage, ils auraient cru à une plaisanterie si on leur avait dit que, par un retour imprévu des choses, les souverains voudraient à leur tour mettre à l'amende ou jeter en prison tous ceux qui n'useraient pas du droit conquis » F. Sauvage, *De la nature du droit de vote*, thèse, Rennes, 1903, p. 192. (via William Benessiano, *Revue Française de Droit Constitutionnel* 2005- 1 (n° 61) pagina 73-115)

¹⁰ ELKINS, Zachary. *Quem iria votar? Conhecendo as conseqüências do voto obrigatório no Brasil*. *Opin. Publica* [online]. 2000, v. 6, n. 1 [cited 2009-01-27], pp. 109-136. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-6276200000100005&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0104-6276. doi: 10.1590/S0104-6276200000100005.



processo de decisão¹¹, consequências negativa : perda da cidadania, multa, etc.). Um compromissado geralmente tem um grande interesse pela política, e portanto o voto obrigatório é um sistema que para eles é negativo, pois para os participantes e dissidentes compromissados não muda nada, mas os não-participantes compromissados ficam prejudicados, sem que o voto imposto mude nada para eles, não ha mais participação dos compromissados.

Tabela 1.

		Em caso de voto obrigatório		
		Voto valido	Não - votar	Branco ou nulo
Em caso de voto voluntario	Voto valido	Participante compromissado	-	-
	Não – votar	Participante flexível	Não-participante compromissado	Não-participante flexível.
	Branco ou nulo	-	-	Dissidente compromissado

Já os eleitores que podem mudar de opinião, segundo Elkins, são aqueles que em caso de voto voluntario não votam e em caso de voto obrigatório votam. Eles fazem parte do tipo flexível. Essas pessoas são o alvo de todas as medidas de luta contra abstenção pela imposição do voto. Mas, que eles votem não significa no entanto que o envolvimento e interesse político seja maior, pois o tipo dos não participantes flexíveis, ou seja, aqueles que não querem votar em alguém, então votam branco se forem forçados, e não votam se não forem. Poderíamos chamar-los de cidadãos indiferentes a política. Não são compromissados em não votar, eles não votam porque é a escolha menos “custosa”, e quando não votar

¹¹ Ver a teoria do free rider de OLSON, Mancur : *The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups*, Harvard University Press, 1st ed. 1965, 2nd ed. 1971.



começa a custar, eles decidem passar a votar, porque é uma “economia”. Mas mesmo assim, eles não fazem uma escolha política.

Para Zachary Elkins, as outras células da tabela devem ficar vazias, porque elas representam comportamentos irracionais. Para ele, uma pessoa que vota válido quando o voto é voluntário não tem nenhuma razão de votar não válido quando o voto é imposto. É neste ponto que podemos discordar. De fato, uma pessoa cansada do sistema de voto obrigatório, e por pura reação vingativa, pode decidir não votar, mesmo se sob um modo voluntário ele votava. É essa última categoria de pessoas que explicam que o voto obrigatório pode causar um dano a democracia.

O que podemos fazer agora, é desenvolver essa tipologia de Z. Elkins, mostrando os casos característicos do Brasil que levam a um efeito negativo na participação política.

O caso mais evidente, é o problema típico dos países que não atingiram um nível de desenvolvimento tão avançado como os países do “Norte”. É o caso do eleitor que já que ele tem que votar, vai preferir tirar a maior compensação direta desse voto. Essa pessoa vai então favorecer o desenvolvimento do clientelismo e da compra de votos. Situação favorecida pelo fato que a situação econômica e social de muitos brasileiros (pobreza, educação) contribui ao voto segundo um modelo carismático¹². O que se traduz no Brasil pela fidelidade pessoal e infidelidade partidária. Em outras palavras, os brasileiros são mais fiéis a indivíduos que a partidos, o voto segue o candidato em suas trocas de partidos, em vez de seguir o partido nas suas trocas de candidatos. O que mostra bem uma ausência de consciência das ideologias. Mesmo se nos últimos anos, isso pode ter regressado um pouco.¹³

Temos também que lembrar a incoerência então entre frustração das minorias ativas e vitória da maioria silenciosa, que é ainda pior quando ligado a uma compra de votos ou clientelismo. Essa situação provem do fato que normalmente uma minoria ativa

¹² No sentido utilizado por Max Weber.

¹³ Fábio Wanderley in *Dilemas da democracia no Brasil*.



politicamente vai se interessar muito mais às eleições, e portanto votar mais. Muitas vezes essa minoria esta consciente desse interesse, e sendo midiaticizados ocupam um grande espaço. Porém o voto obrigatório fazendo votar até aqueles que não tem interesse pela cena política, estamos aqui falando dos eleitores de tipo participante flexível, eles podem então ocultar totalmente o voto das minorias ativas. Causando frustração política intensa, já que são aqueles que mais estão ativos nas esferas políticas que são derrotados. Sem contar que se houver clientelismo e compra de votos, essa frustração é ainda mais intensa, pois é vista como perfeitamente injusta.¹⁴

Levantamos aqui um dos aspectos de um problema importantíssimo do voto obrigatório : Ele é o tratamento dos sintomas de uma doença (a abstenção), não a cura. O voto compulsório, faz com que a maioria daqueles que não iriam votar se o voto fosse somente um direito e não um dever, votarem. Assim, de fato, a participação aumenta, e a legitimidade política da democracia também, ou melhor, a legitimidade é mantida e não é totalmente aniquilada por uma abstenção recorde. O que seria possivelmente o caso no Brasil segundo pesquisas¹⁵, que teria níveis de abstenção (teóricos) superiores a 50% sem contar brancos e nulos, se as eleições fossem voluntárias. Mas isso não resolve nenhum pouco o problema verdadeiro da democracia no Brasil, que é a falta de interesse pela política. De fato, o Brasil tem mais de 60 anos de historia de voto compulsório (mesmo se houve varias épocas onde não havia democracia, ha pelo menos 20 anos de historia de voto compulsório sob regime democrático contínuo), e a participação não aumentou. Ao contrario, no Brasil como no resto do mundo, a participação política diminuiu nos anos noventa e o inicio dos anos 2000. O problema da pouca participação não é resolvido de verdade, ele só é ocultado pelo tratamento do sintoma mais visível : A abstenção.

Alem do mais, o efeito negativo da obrigatoriedade do voto pode ser vista diretamente, quando estudamos as pesquisas feitas sobre a participação segundo o grau de estudo. Por mais incrível que pareça, os menos escolarizados (analfabetos) disseram em

¹⁴ Oliveira (1999)

¹⁵ Ibid



pesquisas¹⁶ ter mais interesse em ir votar (63%) que os mais escolarizados (ensino superior) (60%) se o voto fosse voluntario. O que se explica parcialmente pelo fato dos analfabetos não sendo obrigados a votar, alguns não estão nem sequer registrados. O que significa que os analfabetos registrados são mais interessados que os alfabetizados registrados. Mas a questão do registro não explica tudo. A liberdade de votar, também pesa na balança. Os analfabetos que já não tem obrigação de votar, dizem ir votar mais (é importante notar que os resultados teóricos da pesquisa indicam intenções, e não fatos, mas as intenções já indicam muita coisa), enquanto os alfabetizados dizem ir votar menos por que o voto obrigatório sendo uma “imposição” eles tem uma reação de repulsão do voto, e dizem que mesmo se ele fosse voluntario, não iriam votar.

Assim, chegamos a uma primeira conclusão que de fato, o voto obrigatório tem no Brasil um efeito que pode ser considerado negativo sobre a participação e o interesse político, o que seria o oposto do previsto por aqueles que o instauraram.

Porém se o Brasil sofre de um desinteresse da política, isso não é só dado ao voto obrigatório como nos mostra o fato que até os países com voto voluntario sofrem desse problema (America latina em geral, por exemplo). A outras razões que explicam esse desinteresse, que podem ser totalmente independentes da obrigatoriedade de voto, mas o voto obrigatório pode também ter um impacto positivo sobre o interesse político, e principalmente sobre a representatividade da democracia.

O problema brasileiro da participação e do interesse político, não é uniforme. Ele toca secções da população de maneira diferente. Na verdade, esse é um problema mundial, que desenvolve Lijphart¹⁷, ele prova que as categorias sociais mais altas são as menos afetadas pela fraqueza da participação política. E que alem disso, as pessoas informadas e educadas não são conectada negativamente à participação, ou seja, uma forte participação ou

¹⁶ Z. Elkins (2000)

¹⁷ Arend Lijphart, Unequal Participation: Democracy's Unresolved Dilemma, *The American Political Science Review*, Vol. 91, No. 1 (Mar., 1997), pp. 1-14. Stable URL:

<http://www.jstor.org/stable/2952255>



uma fraca participação não influi na própria participação deles. E que o argumento que diz que os mais ativos politicamente podem ficar frustrados vendo seus votos desaparecerem diante da massa silenciosa, só funciona com minorias politicamente ativas que vivem em condições sociais desfavoráveis.

Lijphart vai até ainda mais longe sugerindo que já que o problema maior da participação para as classes baixas é a falta de informação, que o voto obrigatório pode servir de meio de informação. Os cidadãos obrigados a votar, ele diz, não votam obrigatoriamente em um candidato qualquer, sempre há informação. Nem que essa seja mínima. E isso é o bastante para justificar segundo ele o voto obrigatório.

Mas, o principal elemento de defesa do voto obrigatório é bem o fato que quando todos são forçados a votar, o viés social é combatido, e quase reduzido a zero, ou até mesmo invertido. Quando a penalidade por não votar é uma multa, só os não-participantes compromissados mais ricos podem continuar não votando. Assim, o voto obrigatório é praticamente o único jeito de lutar contra a desequidade na esfera política.

Mas o voto obrigatório também luta contra outros vieses da democracia, como por exemplo o viés da idade, da educação ou ainda da “raça”. E essa representatividade do voto aparece como um grande benefício para o regime democrático. Já que o problema da legitimidade é um dos elementos do círculo vicioso (enunciado acima) que leva a diminuição do interesse dos brasileiros pela política, a equidade do voto é importante para não piorar ainda o desinteresse político.

O voto é segundo Warren Miller e José Alvaro Moisés¹⁸, que se baseiam em pesquisas americanas e brasileiras, um meio conscientização política. Miller (citado por Lipjhart) diz até que o simples fato de fazer uma entrevista sobre questões políticas para um survey leva a um aumento da participação política. E segundo um estudo levado por Moisés no Brasil depois das eleições de 1989 mostra que o simples fato de ser organizado uma eleição

¹⁸ Citados por Z. Elkins (2000)



aumenta o grau de informação dos eleitores, e apos a eleição 46% dos eleitores acreditavam que tinham uma influencia na política, enquanto esse numero era de 30% antes.

Assim, o voto obrigatório também pode ter uma influencia positiva. Que é claro não é revolucionaria, mas vem em contrapeso de sua influencia negativa.

As conclusões que podemos tirar deste estudo, são talvez mais amplas que poderíamos ter imaginando no momento da formulação da hipótese. De fato, esta parece estar confirmada, por aqui e pelos numerosos estudos já praticados sobre a questão. Porem, estudos mais recentes, datando da década de 90, principalmente os de Lijphart, vêm mostrar que em todo o mundo o regresso da participação política é globalmente independente da obrigatoriedade do voto, e que são muitos outros fatores que causam esse fenômeno. E alem disso, a evolução atual da ciência política começa a considerar que alem do evidente aumento da participação nas eleições, o voto obrigatório pode ter uma influencia ligeiramente positiva sobre o interesse pela política.

Seria presunçoso pretender neste documento tentar concluir sobre qual dos efeitos é mais importante. Que seja o negativo ou o positivo, o que podemos ressaltar é que no Brasil, os dois parecem se compensar, e que os problemas ligados ao fraco interesse político são problemas diferentes, os quais podem parecer mais vir de questões sociais e de políticas, analisadas notavelmente por Fábio Wanderley Reis no seu artigo *Dilemas da democracia no Brasil*.

Finalmente, o mais interessante, é talvez que mesmo se o interesse pela cena política tradicional parecia estar em crise até poucos anos atrás. Nesses últimos anos, o aparecimento da democracia participativa, no Brasil com muita força, que seja com os orçamentos participativos ou com os fóruns sociais mundiais, prova que a população ainda se interessa pela política, entendida no seu sentido original, a gestão da vida em comum. Sem contar que a participação recorde nesses dois últimos anos tanto nos Estados Unidos como na Europa podem deixar imaginar que o processo de desinteresse mundial pela política esteja chegando a um fim. Apesar da situação europeia e americana ser muito diferente da brasileira.



Bibliografia :

- Sites (Todos eles funcionavam no dia 27/01/2009):

http://www.europarl.europa.eu/elections2004/ep-election/sites/fr/results1306/turnout_ep/graphical.html

[http://www.crcee.umontreal.ca/pdf/VoteObligatoireSocialisation\(Sept30\).pdf](http://www.crcee.umontreal.ca/pdf/VoteObligatoireSocialisation(Sept30).pdf)

http://www3.ac-clermont.fr/pedago/ses/sujets/exercices/vote_oblig_ace00.htm

<http://www.direito2.com.br/asen/2006/out/6/abstencao-nas-eleicoes-mantem-se-desde-1994-proxima-de-18>

<http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/>

http://www.socio-estatistica.com.br/eleicoes2002/votos_nulos.htm

http://www.senat.fr/lc/lc121/lc121_mono.html

<http://www.thesis.net/france/france.pdf>

- Artigos e Livros:

- BENESSIANO, William, "Le vote obligatoire" in *Revue Française de Droit Constitutionnel* 2005- 1 (n° 61) page 73 à 115.
- ELKINS, Zachary. *Quem iria votar? Conhecendo as conseqüências do voto obrigatório no Brasil*. Opin. Publica [online]. 2000, v. 6, n. 1 [cited 2009-01-28], pp. 109-136.
- GUNTHER, Richard and MONTEIRO, José Ramón. *Legitimidade política em novas democracias*. Opin. Publica [online]. 2003, v. 9, n. 1 [cited 2009-01-28], pp. 1-43.
- LANCELOT, Alain *L'abstentionisme électoral en France*, Presses de Sciences Po, Paris, 1968



- LIJPHART, Arend, “Unequal Participation: Democracy's Unresolved Dilemma”, in *The American Political Science Review*, Vol. 91, No. 1 (Mar., 1997), pp. 1-14
- OLIVEIRA, Luzia Helena Herrmann de. *Voto obrigatório e equidade um estudo de caso*. São Paulo Perspec. [online]. 1999, v. 13, n. 4 [cited 2009-01-28], pp. 144-152.
- OLIVEIRA COSTA, Homero de, *Alienação política no Brasil: uma análise dos votos brancos, nulos e abstenções eleitorais nas eleições presidenciais (1989-2002)*, 2006, Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- OLSON, Mancur : *The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups*, Harvard University Press, 1st ed. 1965, 2nd ed. 1971
- POWER T.J and ROBERTS J.T, “Compulsory Voting, Invalid Ballots, and Abstention in Brazil” in *Political Research Quarterly*, Vol. 48, No. 4 (Dec., 1995), pp. 795-826
- PEREA, Eva Anduiza, “Individual characteristics, institutional incentives and electoral abstention in Western Europe”, in *European Journal of Political Research*, Volume 41 Issue 5, Pages 643 – 673, 2003.
- REIS, Fabio Wanderley, “Dilemas da democracia brasileira”, in *Sistema Político Brasileiro – uma introdução*, Fundação editora da UNESP, Rio de Janeiro/São Paulo, 2004